

A seguir, são enfocadas as Monarquias da Reconquista, sua textura e carácter assim como todo o processo seguido até a união final das mesmas ao tempo dos Reis Católicos.

A segunda parte do livro IV, dedicado às Instituições da Espanha muçulmana, é pouco extensa, e cuida, principalmente, das existentes nos territórios ocupados pelo Islam. Podemos dizer, tratar-se mais de História árabe, salvo em breves ocasiões quando se refere aos “muladies” e “mozárabes”.

Finalizando, devemos acrescentar que, inexistem notas de rodapé. Isto porque, o fiel discípulo segue sempre ao mestre. Tal proceder foi adotado por Sánchez-Albornoz em sua obra *España, un enigma histórico*, editada em Buenos Aires em 1956 pela Editorial Sudamérica. Sánchez-Albornoz justifica-se numa “Advertência” inserida no mesmo, dizendo que:

“Sua autoridade é mais que suficiente para que ninguém ponha em dúvida seu rigor científico, além de não pretender cansar o leitor com milhares de notas, nem tampouco tornar o trabalho do impressor ainda mais fatigante”.

Embora Sánchez-Albornoz tenha esse direito, esqueceu-se de que, se por um lado tal fato não afetaria a prováveis leitores diletantes, por outro lado iria causar prejuízos numa outra categoria de leitores: mais científicos e interessados em aprofundar os estudos sobre o assunto.

O Prof. Valdeavellano compensa essa grande lacuna com freqüentes opiniões de outros autores. Mais ainda, foi pródigo em inserir no texto expressões e palavras latinas e árabes, centenas delas, às quais acrescentou sistematicamente sua tradução ou explicação, tornando a leitura extremamente compreensível, e reforçando desse modo o aspecto didático. O livro é, pois, recomendável, pelo tratamento sério e pela clareza com que o autor apresenta os inúmeros itens, que compõem sua História das Instituições espanholas.

SARA OZORES VALLEJO.

*

* *

BOUTRUCHE (Robert). — *Seigneurie et Féodalité*. Volumes 1 “le premier âge des liens d’homme à homme” e 2 “l’Apogée (XIe.-XIIIe. siècles)”. Collection historique. Paris, Aubier — Éditions Mouton, 1968 (1a. ed.: 1959) e 1970. 480 e 552 páginas “in-16°” (14 x 19 cm), respectivamente.

Depois de acentuar o quanto as relações feudo-vassálicas e o regime senhorial foram estudados e de indicar vários exemplos de historiadores de várias épocas e países que se salientaram no seu exame, o Autor escreve:

“Ce sont eux qui nous ont transmis le flambeau, l'âge actuel étant celui des larges synthèses alternant avec les monographies régionales, qui soulignent les nuances comme les disparités, e se rapprochent des hommes”. (Vol. 1, pp. 17-18).

Nessas palavras já está implícita uma caracterização da obra em exame, a última *large synthèse* sobre o tema, ainda inacabada (falta ainda um volume, a ser dedicado aos séculos XIV a XVI), das mais importantes relativamente à Idade Média. Naturalmente, aos interessados no assunto, o nome de Marc Bloch surge quase que inevitavelmente à memória (e o Prof. Boutruche não deixa de prestar-lhe em várias oportunidades a devida homenagem), dado o marco que *La Société Féodale* (1939) representou e podemos dizer que — já que isso pode facilitar a avaliação do livro mais recente, menos denso em pensamento e com menor carga de sugestões para trabalhos futuros, traços que tenderam a tornar algo árdua a abardagem do predecessor — ele se mostra sensivelmente mais acessível, contornando com sucesso os aspectos controversos (mas não sem discutí-los escrupulosamente) e retendo sobretudo o que pode ser tido como, senão ponto pacífico, fatos e tendências mais prováveis. Clareza na exposição, virtude tida como tipicamente francesa, mas de que Boch não seria uma manifestação das mais exemplares, e atualidade de conteúdo: qualidades que, se não tornam *La Société Féodale* obsoleta, obra aparentemente destinada a uma validade longa, ao menos transformam *Seigneurie et Féodalité* num item básico numa bibliografia notória pela riqueza numérica.

Como é indicado pelo título, o Autor trata tanto das relações feudovassálicas, características da faixa mais elevada da sociedade medieval, quanto dos laços de dependência, que subordinavam o grosso dos cultivadores da terra ao grupo senhorial. Todavia, embora não deixando de salientar as inter-influências entre as duas ordens de fenômenos, não considera regime senhorial e feudalidade como expressões sinônimas, acentuando:

“La seigneurie rurale est née avant la féodalité; elle lui a survécu. En outre, son aire d'extension à travers le monde fut beaucoup plus vaste, des seigneurs exerçant leur emprise sur des groupes paysans sans être eux-mêmes engagés dans des liens privés. Elles diffèrent par leur nature, les obligations qu'elles entraînent, les attaches sociales qu'elles mettent en jeu. Moins enracinée dans le sol que seigneurie, la féodalité a été plus soumise aux fluctuations du milieu et aux influences extérieures. Mais elle n'aurait pu durer sans l'assise matérielle que la seigneurie lui a fournie...” (vol. 1, pág. 8).

Como, por outro lado, o Autor faz questão de passar em revista as teorias a que as instituições senhoriais e feudais deram origem, bem como o uso

freqüentemente estapafúrdio do adjetivo feudal (um exemplo saboroso, entre muitos: "la féodalité des syndicats"), acaba por deparar com as teorias fazendo do "feudalismo" fenômeno suscetível de se manifestar em sociedades as mais afastadas no tempo e no espaço, com destaque para com o conceito de "modo de produção feudal" proposto pelo marxismo como uma etapa mais ou menos obrigatória na evolução das diversas civilizações, considerando-as historicamente infundadas e capazes de provocar confusões indesejáveis. Mas isso somente depois de dedicar todo um "Livro" do volume 1 aos laços de subordinação situados fora da órbita da Europa franca (páginas 237-321), sendo o Livro I, que o precede (o primeiro tomo está, assim, dividido em apenas duas partes), dedicado ao problema das origens e caracteres básicos, tanto das práticas feudo-vassálicas, quanto do regime senhorial e relações de dependência. Como ocorrera no livro de Marc Bloch, grande destaque é dado às condições econômicas, sociais e políticas do Baixo Império Romano e aos reflexos da instalação dos bárbaros no Ocidente, mas, ao contrário do que naquele pode ser observado, os problemas de mentalidade, cultura e instituições não merecem qualquer relevo.

Mais longo, o segundo volume, não obstante, também está dividido em dois livros, o primeiro dedicado à senhoria, e o segundo à feudalidade, no período compreendido entre os séculos XI e XIII, podendo-se talvez objetar que o sub-título *L'Apogée*, talvez se aplique melhor ao segundo do que ao primeiro aspecto, visto que sobretudo os séculos XII e XIII tendem a marcar um certo recuo no regime senhorial, com mui freqüentes emancipações servis. Neste tomo, mais do que no primeiro, ficam patentes as diferenças de abordagem em relação ao livro de Bloch, com um tratamento muito mais detalhado, na obra mais recente, tanto das relações feudo-vassálicas, quanto dos laços de dependência, sua evolução e seus matizes regionais. Em contra-partida, temos a lamentar que um destaque maior não tenha sido dado ao modo de vida, mentalidade, ideologia e manifestações culturais em geral, tendência já observada no primeiro volume, sendo justo, porém, reconhecer que já no título Boutruche promete uma abordagem menos abrangente do que Bloch.

Uma característica digna de realce dos volumes em causa é a presença de uma vasta seleção de documentos nas respectivas partes finais (62 textos, 85 páginas no primeiro tomo; 60 textos, 88 páginas no segundo), ilustrativos dos vários aspectos tratados na exposição. A bibliografia também é ampla (mais de 600 títulos no primeiro volume e quase mil no segundo), mas os respectivos índices de nomes poderiam ser mais detalhados.

Quando o terceiro e último volume for publicado, terá sido levado a termo um significativo empreendimento da historiografia medieval atual.

VICTOR DEODATO DA SILVA.